

VATICANO II E O ECUMENISMO

Entre os numerosos documentos do Concílio do Vaticano II, encontra-se o primeiro documento do Magistério católico sobre o ecumenismo. Só por esse facto, o decreto conciliar *Unitatis Redintegratio* possui um significado histórico único. Mas esse significado intensifica-se ainda mais pelo facto de a sua promulgação, a 21 de Novembro de 1964, constituir uma espécie de confirmação, por parte de toda a Igreja católica, de um movimento ecuménico que se vinha a intensificar há décadas. Facto não muito evidente, na ocasião.

Temos que levar em consideração que os vários passos do denominado movimento ecuménico – iniciado no seio da tradição anglicana e no qual se envolveram vários católicos muito conhecidos, mesmo membros da hierarquia – não foram acolhidos de modo pacífico pela tradição católica, não por falta de boa vontade, mas sobretudo pela força da convicção de que a verdadeira Igreja se identificava exclusivamente com a Igreja católica romana. E a questão não é simples, dogmaticamente considerada. A tendência para deduzir, dessa afirmação fundamental, a impossibilidade de qualquer processo ecuménico que aproximasse as confissões cristãs divididas, muito menos que permitisse a sua reunificação, era predominante e originou fortes desconfianças em relação ao envolvimento ecuménico de alguns católicos.

Alguns deles, contudo, foram desenvolvendo argumentos teológicos e pastorais que permitiam e até aconselhavam a pensar na possibilidade e mesmo na necessidade de percorrer um caminho de aproximação entre as tradições cristãs separadas. O resultado desse trabalho preparatório foi assumido pelo referido decreto conciliar, que assim transforma em doutrina aceite pela Igreja, o desejo de aproximação entre os irmãos divididos – pelo menos, desde o séc. XI. A afirmação inicial do decreto é mais do que perentória: “Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecuménico Vaticano II” (UR 1).

A partir desta consolidação doutrinal, deram-se muitos passos concretos, sobretudo pelo trabalho de comissões mistas e através de numerosos encontros ecuménicos, a nível global e a nível local, que constituíram o que hoje conhecemos como um dos sinais do nosso tempo. Os avanços e recuos de todo este movimento não invalidam o facto de se tratar de algo já irrecusável; e as dificuldades que ainda perduram na aproximação entre as confissões cristãs não conseguem encobrir o longo

caminho percorrido, que hoje permite uma convivência mais transparente e dialogante entre tradições que, durante tanto tempo, chegaram a guerrear-se mutuamente.

Ora, os princípios fundamentais de todo o processo ecuménico encontram-se bem definidos no decreto conciliar. O primeiro centra-se na noção de que a Igreja, una, é única, correspondendo essa unidade e essa unicidade à vontade de Cristo. E essa unidade não se consegue pela simples conversão dos «irmãos separados» à Igreja católica, mas sim por um processo de aproximação mútua, denominado trabalho ecuménico e aconselhado claramente: “Este sagrado Concílio, portanto, exorta todos os fiéis a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem do trabalho ecuménico” (UR 4).

O caminho ecuménico depende da renovação da Igreja, sobretudo na conversão do coração, pois a unidade será tanto maior, quanto mais a Igreja se tornar fiel à sua própria essência e missão. Por isso, a base dos princípios ecuménicos são eclesiológicos e foram lançados na *Lumen Gentium*, que se propõe repensar a Igreja, no contexto atual.

Do ponto de vista prático, o mais importante é a oração, pois só o Espírito pode construir verdadeira unidade. Essa oração é mais fortemente originante de unidade se for uma oração conjunta com irmãos de comunhões separadas, como acontece exemplarmente durante a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, iniciada em 1911, muito antes deste Concílio.

Para além da oração, o verdadeiro diálogo pressupõe o conhecimento do outro, na sua diferença. Por isso, não é possível aproximação entre comunhões separadas se não se desenvolver conhecimento mútuo, seja em perspectiva histórica ou teológica, seja também do ponto de vista pessoal.

Nesse sentido, a formação ecuménica passa a ser fundamental. Nenhum cristão pode hoje alhear-se a essa formação, seja quanto ao desenvolvimento de verdadeiro espírito ecuménico, seja quanto ao aprofundamento do conhecimento da sua própria tradição e das outras tradições cristãs.

Só assim, de forma sustentada, se supera um ecumenismo de superfície, que mais não seria do que um sincretismo desconhecedor das identidades e diferenças em diálogo. Nesse sentido, a abertura ecuménica implica a clara afirmação da fé e das convicções próprias, em permanente diálogo com convicções diferentes. No caso concreto dos cristãos católicos, estes só poderão ser verdadeiramente católicos se se mantiverem abertos ao que possam aprender e receber dos que são diferentes. Só assim

a colaboração será possível e só assim o ecumenismo ganhará raízes fortes e inabaláveis, com verdadeiro futuro. “Por essa cooperação, todos os que creem em Cristo podem mais facilmente aprender como devem entender-se melhor e estimar-se mais uns aos outros, e assim se abre o caminho que leva à unidade dos cristãos” (UR 12).